



DIREÇÃO-GERAL DA QUALIFICAÇÃO
DOS TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS



Redes para o Desenvolvimento: da geminação a uma cooperação mais eficiente

Filipa Petrucci Sousa, IMVF

2º Encontro
“Conhecimento e Cooperação”
6 de junho de 2013

Projeto

Objetivo geral: (i) Promover sinergias entre projetos de cooperação internacional como estratégia eficaz para a redução da pobreza e para alcance dos ODM; e (ii) promover novos canais de comunicação entre municípios a nível nacional e internacional.

Objetivo Específico: Reforçar o papel municípios portugueses e alemães enquanto agentes ativos de Cooperação para o Desenvolvimento.

Data de execução: Junho de 2010 – Maio de 2013

Valor do projeto: 644.358 €

Financiamento: União Europeia e Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Organização gestora do projeto:

ONGD Instituto Marquês de Valle Flôr

Rua de São Nicolau, 105 - Lisboa | www.imvf.org



Problema, causas e consequências

Causas:

- Desconhecimento generalizado do trabalho e mais-valias dos Municípios no sector da Cooperação;
- Inexistência de prioridades definidas, por parte de cada Município, para a área da Cooperação;
- Fraco trabalho em rede e constrangimentos à criação de parcerias multiator;
- Fraca partilha de informação entre os diferentes atores da Cooperação, a nível nacional e internacional;
- Fraca formação dos técnicos municipais para a elaboração e implementação de projetos de Cooperação.

Problema:

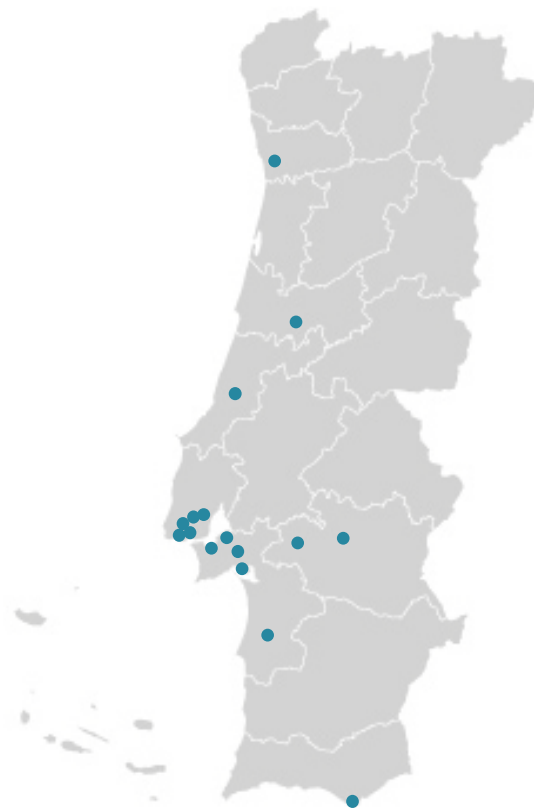
- Iniciativas de Cooperação Descentralizada bastante escassas e, quando existentes, dispersas e não-integradas numa lógica de sustentabilidade.

Consequências:

- Duplicação de iniciativas no terreno;
- Dispersão de recursos humanos , materiais e financeiros;
- Ausência de nexo entre projetos implementados na mesma área geográfica;
- Falta de continuidade e de sustentabilidade dos Projetos;
- Falta de impacto, em termos de desenvolvimento, para o país e populações beneficiárias.

Métodos de intervenção

- **Sensibilização:** Assembleias Públicas [eleitor], Ciclos de Debate e Mesas Redondas [executivo]
- **Formação e Capacitação:** Workshops em elaboração e implementação de *Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento* e em *Planeamento Estratégico para a área da Cooperação*; Consultorias técnicas
- **Partilha de informação e de boas práticas a nível nacional e internacional:** Plataforma Virtual redesparaodesenvolvimento.org e Seminário Internacional - *Cooperação Descentralizada: novos desafios, novas parcerias*
- **Promoção de sinergias e trabalho em rede:** Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento [Amadora, Faro, Grândola, Loures, Maia, Marinha Grande, Miranda do Corvo, Moita, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal e Setúbal]



Particularidades surgidas

Negativas:

- Dificuldade na mobilização e envolvimento das comunidades locais;
- Burocracia interna das Câmaras Municipais;
- Plataforma Virtual pouco apropriada por parte dos Municípios nos países parceiros;
- Delegação/Partilha das iniciativas de Cooperação: protagonismo individual;
- No curto prazo: alterações políticas – e novas agendas – decorrentes das eleições autárquicas no Outono 2013.

Positivas:

- Apoio institucional ao *Projeto* e à *Rede*, por parte da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Reconhecimento da *Rede*, por parte do MNE, para participar no *Fórum da Cooperação*;
- Crescente número de Municípios interessados em integrar o *Projeto* e, agora, a Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento;
- Técnicos municipais ativos e executivo municipal sensibilizado: novas parcerias entre Municípios e entre estes e outros atores da Cooperação;
- Desmistificação de perceções sobre a Cooperação para o Desenvolvimento: a noção de cidadania global.

Replicabilidade e lições tiradas

Replicabilidade:

- Solicitações para apoio na replicabilidade da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento em países como Brasil e Moçambique;
- Possível criação de Rede ou Fundo Ibérico de Cooperação para o Desenvolvimento.

Lições:

- Necessidade de um acompanhamento contínuo - consultoria individualizada – a cada Município;
- Fundamental a existência de técnico/eleito municipal afeto à área da Cooperação;
- Necessidade de elaboração de Planos de Ação delimitados no tempo e no espaço – e de sistemas de monitorização e avaliação dos mesmos;
- Necessidade de manutenção de apoio para facilitação da *Rede Intermunicipal* criada;
- Necessidade de um maior envolvimento da Comunicação Social como parceiro estratégico para a divulgação de iniciativas e mobilização de munícipes.